

Pedagogia da Participação Social e Aprendizagens Coletivas no Orçamento Participativo de Fortaleza

Virna do Carmo Camarão
Universidade Federal do Ceará
virnacamarao@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do meu estudo de doutoramento acerca do fenômeno da participação social como instância pedagógico-educativa. Para tanto, estabeleci como *lócus* investigativo o Orçamento Participativo de Fortaleza, nos quatro anos iniciais (2005-2008) da Gestão da Prefeita Luizianne Lins, eleita pelo Partido dos Trabalhadores, em 2004. O essencial da educação neste processo corresponde, portanto, à relação que irá se estabelecer entre o indivíduo, o coletivo e a instituição OP. Detive-me na qualidade dessa participação, como prática capaz de engendrar uma forma de existir coletivamente (*eidos* coletivo) mediante a constituição de um imaginário sócio-político. O que não significa formar indivíduos para pensar o coletivo, pois não se trata de aprendizagens individuais, mas entre indivíduos, a partir dos princípios que o próprio OP contempla: deliberação popular, autonomia e cidadania ativa.

A delimitação do *corpus* teórico-conceitual deu-se mediante um viés humanista, que coloca o sujeito (indivíduo e coletivo) na centralidade do debate político. Filiei-me a vertentes que concebem o fazer político como práxis educativa e instância que atua no âmbito de um imaginário sócio-político. Portanto, a participação como processo educativo para o indivíduo e o coletivo orienta todo o trabalho, tendo nas contribuições de Cornelius Castoriadis e Paulo Freire referências nucleares. A política, aqui, é apreendida numa acepção castoriadiana de “questionamento explícito da instituição estabelecida da sociedade” (CASTORIADIS, 1992, p. 135). Por que as coisas são assim e não podem ser de outro modo? Quem pode fazer representar e dizer de outro modo? O protagonismo da

participação social subteme que o sujeito da ação e da mudança seja o indivíduo-cidadão e o coletivo.

2. METODOLOGIA

O momento da *feitura* metodológica é o mais delicado de uma pesquisa, por ser o instante em que o objeto de análise começa a ser esculpido. O que denomino de percurso metodológico subteme um árduo processo onde o pesquisador se depara com o desafio de se entender com sua capacidade de criação, intuição e reflexão frente ao fenômeno que estuda. O delineamento de formas e conteúdos que se deu no percurso investigativo iniciou-se com a definição e aplicação de técnicas e procedimentos de análise.

O primeiro passo foi definir os procedimentos técnicos metodológicos correspondentes ao objetivo proposto: 1) observação sistemática de todas as etapas do OP (registro em diário de campo dos eventos visitados e conversas informais); 2) gravações de falas (de delegados, conselheiros, coordenadores, prefeita, consultores, secretários regionais) em eventos de assembleias, reuniões do conselho do OP e demais encontros; 3) entrevistas (com conselheiros, delegados e coordenadores do OP) e 4) análise documental (atas de reuniões do conselho, regimento interno, material de publicidade, matéria jornalística, planos de obras e serviços, relatórios, cadernos de formação, cartilhas explicativas, dados estatísticos etc.).

O segundo passo foi a organização e sistematização do material coletado. Para esta ação foi preciso dividir o material em três modalidades: 1) fonte documental - programa de governo, atas, regimento interno, dados estatísticos, relatórios anuais da coordenação do OP e caderno de formação e material publicitário - cartilhas, folders, revista do OP e panfletos; 2) diário de campo - observação sistemática dos eventos visitados; 3) registros de falas - gravações de eventos, matérias de jornal e entrevistas. Cada modalidade subdividiu-se em quatro etapas: organização, sistematização, análise e síntese do material empírico.

Terceiro passo deu-se com análise e síntese do material, procedimento este que iniciou com a delimitação das categorias temáticas (diluídas no roteiro de entrevista) na perspectiva de detectar um campo de significações correspondente a uma dada categoria, tais como: significado do OP, aprendizagem, relação OP e gestão pública, papel do representante, significado de participação social etc.

O passo seguinte foi criar um quadro classificatório ordenando, por categoria temática, as unidades de significação correspondentes. Em cada categoria constam subdivisões das fontes de registro (eventos/entrevistas/material jornalístico) com as respectivas datas da fala e as identificações. No mesmo quadro classificatório cada categoria temática gerou um conjunto de subcategorias a partir da análise das falas (cada subcategoria recebeu um número de identificação). Esse segundo quadro classificatório gerou um segundo quadro síntese contendo as categorias temáticas, suas respectivas subcategorias, a frequência com que cada uma se apresentou e a leitura dessas variações. A evolução desses procedimentos metodológicos ocorreu simultaneamente a leituras e releituras do material empírico produzido.

3. RESULTADOS E DISCURSSÃO

O presente estudo detectou os seguintes fenômenos observados:

O formato institucional do OP, nos três anos iniciais, adotou uma metodologia que não favoreceu o fortalecimento do princípio da deliberação popular. Isto porque as propostas, para serem classificadas não dependiam e nem, necessariamente, expressavam a vontade popular e sim um somatório de vontades advindas dos mais diferentes interesses, o que dificulta a constituição do *eidos* coletivo;

A questão da territorialidade se apresentou como nuclear na perspectiva da constituição de espaços participativos. O formato institucional do OP se amolda ao ordenamento político-administrativo regionalizado da cidade. A divisão e distribuição das assembleias e dos representantes (delegados e conselheiros) por região (cada uma delas com perfil

geográfico, socioeconômico e populacional desigual) facilitou o trabalho da administração pública, que segue critérios racionais do espaço físico e econômico. Por outro lado, defrontou-se com territórios comunitários, que mobilizam outras dimensões espaciais, baseadas em relações simbólicas e de poder. Conclusão: quanto mais fragmentado o espaço político, maior a possibilidade de determinados interesses (individuais, comunitários, segmentados etc.) interferirem num processo decisório participativo. Ou seja, no OP o indivíduo é condicionado a pensar e agir territorialmente. A ideia de cidade não se realiza como atitude política;

A constituição de um saber dialógico (FREIRE, 2005), elaborado nos encontros de formação, reuniões, debates, processos participativos da execução orçamentária e exercício do controle social. O indivíduo não só se apropria de um saber “especializado”, mas reflete sobre suas condições de existência, questiona-a e propõe mudanças.

A criação de um domínio público do saber, a (des) privatização deste, até então restrito a uma casta de ‘especialistas’, tornando-se, relativamente, acessível aos leigos. Esse acesso aos trâmites orçamentários repercutiu positivamente nos representantes, principalmente no que tange à visibilidade e transparência da coisa pública. Significou o tratamento de uma miopia histórica: “agora posso enxergar por onde piso”.

No processo participativo é fundamental desenvolver, ou pelo menos germinar, no cidadão a capacidade de deliberação e responsabilidade. No caso do OP Fortaleza percebeu-se que ambas foram comprometidas em função de dois aspectos observados: 1) a execução das propostas aprovadas depende não só da vontade política do gestor (a), como também dos trâmites burocráticos públicos, sujeitos a uma série de contingências de ordem diversa (financeira, jurídica, administrativa etc.). 2) Como, no OP, a instância que delibera (cidadão), não é a que executa (poder executivo), o representante, portanto, não se responsabiliza por algo que não depende dele fazer acontecer. Por conseguinte, a ideia do sujeito de responsabilidade, aquele que indaga não só pelo que pode ou deve fazer, mas o que cabe a ele responder sucumbe ao hiato que se cria entre uma instância e outra.

4. CONCLUSÃO

O Orçamento Participativo faz parte de um projeto democrático participativo, que nasce e se desenvolve no seio de uma sociedade capitalista, desigual e competitiva, com o propósito de implantar o gérmen do empoderamento popular, ancorado em princípios muito caros a democracia: deliberação popular, autonomia, controle social, auto-regulamentação etc. Neste sentido, seu desafio é grandioso, pois já surge pertencente a uma sociedade, com cujo imaginário sócio-político, já-instituído, terá de travar duelos e efetuar rupturas. Esses desafios não exigem do cidadão pré-requisitos que o autorize a participar do OP, a produção desse espaço é a própria escola, que forma através da práxis política. Portanto, o OP não nasce participativo, torna-se participativo à medida que seus elementos constitutivos potencializam o cidadão e esse cidadão cria o espaço do coletivo. Essa dinâmica - que percorre todo o seu processo - é subtendida por pedagogia da participação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cornelius Castoriadis. **As Encruzilhadas do Labirinto III: Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

